

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

(Do Sr. Mário Heringer)

Condiciona a avaliação da infraestrutura física das instituições de ensino superior, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, a cadastro das bibliotecas institucionais junto ao órgão responsável pela gestão da Cultura no Governo Federal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei acrescenta §4º ao inciso 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, para condicionar a avaliação da infraestrutura física das instituições de ensino superior, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, a cadastro das bibliotecas institucionais junto ao órgão responsável pela gestão da Cultura no Governo Federal.

Art. 2º. O art. 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, passa a vigorar acrescido de §4º com a seguinte redação:

“Art. 3º.

.....

.....

§ 4º Para a avaliação da infraestrutura física, nos termos do inciso VII, as bibliotecas da instituição deverão estar cadastradas junto ao órgão responsável pela gestão da Cultura no Governo Federal.

.....” (NR).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por escopo a integração de dados entre as áreas de gestão do Governo Federal afeitas às bibliotecas universitárias: Educação e Cultura. Por meio da obrigatoriedade de cadastro das bibliotecas universitárias junto à Secretaria Nacional de Cultura, outrora Ministério da Cultura, para fins de avaliação pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, espera-se eliminar o subregistro atualmente existente em relação a esse tipo de biblioteca no Sistema de Bibliotecas Públicas.

A Secretaria Nacional de Cultura mantém ativo o Sistema de Bibliotecas Públicas, banco de dados virtual que oferece ao cidadão a possibilidade de consulta por nome da biblioteca, unidade da federação, Município, área de especialidade da biblioteca ou tipo de biblioteca. O objetivo do Sistema é o de permitir ao usuário encontrar todas as bibliotecas existentes em uma determinada localidade, filtrando-as pelas categorias mencionadas. Ainda que seu nome indique tratar-se de um Sistema exclusivo para bibliotecas públicas, seu objetivo muito mais amplo é o de prover ao País um verdadeiro inventário das bibliotecas existentes no território nacional. Não à toa, nos “tipos de biblioteca” registram-se as seguintes categorias para consulta: universitárias, privadas, nacionais, especializadas, escolares, comunitárias e públicas.

Todavia, a despeito de seu potencial, o canal de consultas às bibliotecas brasileiras apresenta, atualmente, imensa defasagem no registro das demais bibliotecas que não as situadas na categoria “públicas”. O subregistro ocorre em todas as categorias de bibliotecas, com destaque para as bibliotecas universitárias, as quais simplesmente não apresentam registro no sistema.

Entendemos que a obrigação criada pelo presente projeto de lei, simples e de fácil execução, ademais de não gerar despesas para a União, visto já se encontrar o Sistema de Bibliotecas Públicas instituído e em funcionamento, não compromete o SINAES nem cria transtornos para as instituições de ensino superior, pois estas passam a ter, unicamente, que registrar suas bibliotecas junto à Secretaria Nacional de Cultura e, esta, a oficializar o cadastro ao SINAES.

Esperamos, com a presente iniciativa, ajudar o País a possuir um sistema de inventário de bibliotecas com dados sólidos e válidos, que possa se tornar um canal confiável e constante de consulta de pesquisadores, gestores e do cidadão comum, capaz de gerar as estatísticas que, atualmente, não possuímos sobre as bibliotecas universitárias e outros tipos de bibliotecas existentes no território nacional.

Pelo exposto, peço apoio à aprovação da presente matéria.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado **MÁRIO HERINGER**

PDT/MG